

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672590508>

Renovação política geracional: a dinâmica do poder em Campina Grande

*Generational political renewal: the dynamics of power in
Campina Grande*

*Renouveau politique générationnel: la dynamique du pouvoir à
Campina Grande*

*Renovación política generacional: la dinámica del poder en
Campina Grande*

 José Marciano Monteiro

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

 Ricardo Costa de Oliveira

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

 Mônica Harrich da Silva Goulart

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Resumo

Nas democracias contemporâneas, em que o sistema político é caracterizado pela competitividade, a transmissão hereditária do poder é um fenômeno paradoxal. Primeiro, porque fica subentendido que as democracias se caracterizam pela rotatividade, alternativa e oxigenação do poder; segundo, que essa oxigenação não deveria ocorrer por meio de processos de renovação na linhagem familiar, através de renovação política geracional, porque induz ao processo de oligarquização política. A renovação política geracional, ao tempo que não oxigena o poder, alimenta a formação de dinastias políticas familiares, potencializando modelos democráticos oligárquicos. É este fenômeno político que se constata neste estudo de caso. Mesmo não havendo transmissão hereditária legal, famílias políticas ocupam posições em diversas instâncias e por várias gerações, em estados e municípios, o que potencializa à construção e reprodução de linhagens familiares, por meio de ações reticulares, muitas delas perfazendo décadas na ocupação de cargos políticos eletivos, como nos casos em questão. Este trabalho objetiva entender como se constrói o processo de sucessão geracional e a transmissão hereditária do poder em um município de médio porte – Campina Grande – na Paraíba. Para tanto, utilizou-se pesquisa bibliográfica pertinente ao tema, além de dados biográficos e genealógicos, encontrados no CPDOC da FGF e em sites diversos.

Palavras-chave: Sucessão hereditária; renovação política geracional; herança política.

Abstract: In contemporary democracies, where the political system is characterized by competitiveness, the hereditary transmission of power is a paradoxical phenomenon. Firstly, because it is understood that democracies are characterized by rotation, alternative and oxygenation of power; second, that this oxygenation should not occur through processes of renewal in the family lineage, through generational political renewal, because it leads to the process of political oligarchization. Generational political renewal, while not oxygenating power, fuels the formation of family political dynasties, enhancing oligarchic democratic models. It is this political phenomenon that is seen in this case study. Even though there is no legal hereditary transmission, political families occupy positions in different instances and for several generations, in states and municipalities, which enhances the construction and reproduction of family lineages, through reticular actions, many of them occupying political positions for decades. elective, as in the cases in question. This work aims to understand how the process of generational succession and the hereditary transmission of power is constructed in a medium-sized municipality – Campina Grande – in Paraíba. To this end, bibliographical research relevant to the topic was used, in addition to biographical and genealogical data, found in the FGF CPDOC and on various websites.

Keywords: Hereditary succession; generational political renewal; political inheritance.

Résumé: Dans les démocraties contemporaines, où le système politique est caractérisé par la compétitivité, la transmission héréditaire du pouvoir constitue un phénomène paradoxal. Premièrement, parce qu’il est sous-entendu que les démocraties se caractérisent par la rotation, l’alternance et la régénération du pouvoir ; deuxièmement, parce que cette régénération ne devrait pas se faire à travers des processus de renouvellement au sein des lignées familiales, via un renouvellement politique générationnel, car cela conduit au processus d’oligarchisation politique. Le renouvellement politique générationnel, au lieu de régénérer le pouvoir, alimente la formation de dynasties politiques familiales, renforçant ainsi des modèles démocratiques oligarchiques. Ce phénomène politique est mis en évidence dans cette étude de cas. Bien qu’il n’y ait pas de transmission héréditaire légale, des familles politiques occupent des postes dans diverses instances et sur plusieurs générations, dans des États et des municipalités, ce qui favorise la construction et la reproduction de lignées familiales, à travers des actions réticulaires, dont beaucoup s’étendent sur des décennies dans l’occupation de fonctions politiques électorales, comme dans les cas analysés. Ce travail vise à comprendre comment se construit le processus de succession générationnelle et de transmission héréditaire du pouvoir dans une municipalité de taille moyenne – Campina Grande – dans l’État de Paraíba. Pour cela, une recherche bibliographique pertinente a été réalisée, ainsi que la collecte de données biographiques et généalogiques trouvées au CPDOC de la FGV et sur divers sites Internet.

Mots-clés: Succession héréditaire; renouvellement politique générationnel; héritage politique.

Resumen: En las democracias contemporáneas, donde el sistema político se caracteriza por la competitividad, la transmisión hereditaria del poder es un fenómeno paradójico. Primero, porque se presupone que las democracias se caracterizan por la rotación, la alternancia y la renovación del poder; segundo, porque dicha renovación no debería ocurrir mediante procesos de sucesión dentro de una misma línea familiar, a través de una renovación política generacional, ya que esto induce al proceso de oligarquización política. La renovación política generacional, en lugar de renovar el poder, alimenta la formación de dinastías políticas familiares, fortaleciendo modelos democráticos oligárquicos. Este fenómeno político es el objeto de análisis en este estudio de caso. Aunque no exista una transmisión hereditaria legal, las familias políticas ocupan posiciones en diversas instancias y por varias generaciones, en estados y municipios, lo que refuerza la construcción y reproducción de linajes familiares a través de acciones reticulares, muchas de ellas manteniéndose durante décadas en cargos políticos electivos, como ocurre en los casos analizados. Este trabajo tiene como objetivo entender cómo se construye el proceso de sucesión generacional y la transmisión hereditaria del poder en un municipio de tamaño mediano —Campina Grande— en el estado de Paraíba. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica pertinente al tema, además de recopilar datos biográficos y genealógicos encontrados en el CPDOC de la FGV y en diversos sitios web.

Palabras clave: Sucesión hereditaria; renovación política generacional; herencia política.

Introdução

Em toda cidade média ou pequena da América um grupo superior de famílias paira acima da classe média e sobre a massa de assalariados, funcionários, camponeses e desempregados. E que tais famílias possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com frequência nos jornais, e na realidade, os jornais são deles como eles são as duas estações de rádio. Também são donos da maioria das lojas comerciais e das poucas fábricas existentes. (Mills, 1962, p.43).

É com esta constatação, realizada por Mills (1962), acerca das cidades médias e pequenas na América, que o autor destaca o poder e a constituição da hereditariedade política, que poucas e privilegiadas famílias exercem, nas médias e/ou em pequenas cidades na América. Esta citação, a princípio, poderia ser despercebida por um pesquisador desatento; poderia, também, se constituir em algo de pouca relevância, por se tratar de um modo de ser da organização destas cidades. Todavia, se observado por outra perspectiva, trata-se de um fenômeno que está para além do continente americano.

De acordo com Brossier e Dorronsoro (2017, p. 02-03) “o fenômeno hereditário na política não é específico para apenas uma região do mundo, uma vez que é encontrado na América do Norte e do Sul, na Europa, na Ásia, no mundo árabe e na África subsaariana”. Este fenômeno político permite que as oligarquias locais de base familiar demarquem a posição social do grupo a partir do poder, da riqueza e do prestígio construído. É sobre este fenômeno social e político, presente em municípios de médio e pequeno porte, que a sociologia política das relações de parentesco tem se interessado.

Nas últimas décadas, pesquisadores de diversas instituições tem se dedicado aos estudos do poder, sucessão e hereditariedade (Oliveira, 2001; Canêdo, 2002, 2011; Goulart, 2014; Monteiro, 2017; Lemenhe, 1995; Rêgo, 2008; Brossier, Dorronsoro, 2017). As pesquisas têm permitido diálogos entre diversas áreas de conhecimentos, que vão da História à Sociologia, da Antropologia à Ciência Política (Lewin, 1993; Canêdo, 1997, 2002, 2011; Bezerra, 1999; Pimentel, 2014) e a utilização de uma plêiade de recursos metodológicos: da reconstrução de genealogias (Oliveira, 2001; Rêgo, 2008; Monteiro, 2017), para pensar períodos de longa duração, às trajetórias e o uso de biografias; perpassando o uso da estatística descritiva, da análise de discurso ao uso da pesquisa documental.

Esta parece-nos ser uma agenda que se impõe à cultura política brasileira e que, em grande medida, foi silenciada, em alguns momentos da nossa história recente. De modo geral, as pesquisas (Lewin, 1993; Canêdo, 1997; Pimentel, 2014; Grill, 2008; Monteiro, 2017; Oliveira, 2012; Alves, 2015) têm revelado a centralidade que a família, os processos de sucessão e as dimensões da hereditariedade assumem em uma sociedade com um modelo democrático oligarquizado. As pesquisas, centradas na agenda sobre famílias políticas, têm destacado que “o uso do parentesco tornou possível a instalação de dinastias políticas no topo do Estado e, se as famílias políticas à frente do executivo [nacional] raramente conseguem sobreviver à terceira sucessão, isso ocorre de forma diferente para as dinastias dos parlamentares ou dos eleitos localmente” (Brossier, Dorronsoro, 2017, p. 02).

A relação família e poder político tem sido estudada por diversas clivagens interpretativas, perpassando das análises acerca do fenômeno do coronelismo enquanto

sistema político que atravessa várias instâncias de poder e diversos agentes (Leal, 1986; Fortunato, 2000; Rêgo, 2008; Goulart, 2014), quando compreendido como exercício do poder local, às lógicas de apropriação do público pelo privado e os diferentes usos do patrimonialismo institucional (Faoro, 2001); a análise das redes (Bezerra, 1999) que atravessam as instituições, utilizando práticas, não tão republicanas, que, dialeticamente, se retroalimentam na dinâmica relacional entre o poder político e econômico por meio do nepotismo estrutural (Oliveira, 2012; Goulart, 2018).

Este artigo tem por objetivo entender como se constrói o processo de sucessão geracional e hereditariedade política em Campina Grande¹, município de porte médio, situado na Paraíba, estado do Nordeste brasileiro (1988 a 2020). A escolha deve-se ao fato de ser o segundo maior município, em termos populacionais, situado no interior do Nordeste brasileiro (IBGE, 2022), e que tem demonstrado, a partir da ocupação no executivo local, um padrão de eleitos relacionados “a linhagens familiares que evoluem na esfera política local à reprodução do poder ao nível central”, conforme destaca Brossier e Dorronsoro (2017, p. 02).

Os pressupostos são: a) as escolhas para o executivo local sinalizam fortalecimentos de “sobrenomes” para vagas ao senado e/ou ao governo do Estado; b) para a perpetuação dos grupos familiares, tem-se, no poder local, o espaço privilegiado de “formação” e/ou “aprendizagem política”, através da inserção, na burocracia estatal (secretaria municipal e/ou cargo eletivo legislativo local), daqueles que serão sucessores e/ou herdeiros políticos; c) a lógica da sucessão ajuda-nos entender o parentesco e a hereditariedade como recursos sociais, uma vez que se mudam os nomes, permanecem os sobrenomes.

Esta pesquisa problematiza, portanto, a ideia de “renovação na política”, procurando enfatizar em que sentido a “renovação” tem ocorrido, e em que medida o local se constitui em espaço de formação de networking para voos políticos mais amplos, tais como senado e governadoria. Para tanto, o texto está estruturado em três tópicos: o primeiro reporta-se à discussão teórica sobre hereditariedade e parentesco como recurso social para o campo político; segundo, a renovação política por meio das gerações onde o município destaca-se como escola de formação para os agentes políticos conforme se demonstra no município nordestino de Campina Grande; e, terceiro, relações familiares e hereditariedade como recursos sociais necessários para ocupação de posições estratégicas no aparelho de Estado.

Hereditariedade e parentesco como recursos sociais

A hereditariedade do poder político (Canêdo, 2002; Grill, 2008), ao que nos parece, tem sido, nas últimas décadas, evidenciada, sociologicamente, através dos trabalhos que enfatizam o fenômeno da reprodução do poder político como central à formação das elites e da classe dominante no país. Esta configuração, portanto, tem sido investigada, ultimamente, focando no recorte temporal do período pós redemocratização. (Goulart, 2018; Oliveira et

¹ Campina Grande é um município brasileiro situado no estado da Paraíba. Considerado um dos principais polos industriais da Região Nordeste, foi fundado em 1 de dezembro de 1697, tendo sido elevado à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864. Pertence à Região Geográfica Imediata de Campina Grande e à Região Geográfica Intermediária de Campina Grande. De acordo com estimativas do IBGE de 2022, sua população era de 419 379 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da Paraíba, e sua região metropolitana formada por dezenove municípios, possui uma população estimada em 638 017 habitantes. (IBGE, 2022)

al., 2017). É, também, no contexto da década de 1980 que DaMatta (1993) chamava atenção para a dimensão relacional, das relações de amizade e de parentesco construídas no cotidiano, no espaço da casa, como parte do Brasil e, que, também é caracterizado por suas instituições, pelas leis e regras, o que é Brasil oficial. Para ele,

...o Brasil deve ser procurado nos rituais nobres dos palácios de justiça, dos fóruns, das câmaras e das pretorias – onde a letra clara e fria da lei define suas instituições mais importantes; mas também no jeitinho do malandro que soma a lei com a pessoa na sua vontade escusa de ganhar, embora a regra fria e dura como mármore da Justiça não a tenha tomado em consideração. (DaMatta, 1993, p. 13).

As pesquisas e os dados levantados sobre executivo, legislativo, judiciário, tribunais de conta e demais órgãos públicos e privados têm evidenciado a quase impossibilidade de pensar e compreender a política no Brasil sem relacioná-la ao fenômeno da hereditariedade do poder político, este que se expande para várias instituições estatais, por meio de um espírito quase que dinástico de poucos grupos familiares (Bourdieu, 1996). Estes grupos, historicamente, ocupam a alta burocracia e o aparelho de Estado no país. (Oliveira, 2001, 2012; Goulart, 2014; Monteiro, 2017; Oliveira et al., 2017; Pereira, 2022).

A hereditariedade do poder político no Brasil, nesse sentido, não é algo de pouca relevância². Está relacionada aos processos de transmissão, continuidade e apropriação do poder político (Canêdo, 1997). Vincula-se à sucessão, ao uso do nepotismo, do parentesco, como recursos sociais que permitem às elites acessarem o Estado. Isto não é possível sem disposições internalizadas pelos grupos familiares, sem um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação legitimado. Dito de outra forma, sem um habitus de classe e capitais disponíveis (Bourdieu, 1996) continuamente; o que tem permitido a permanência no poder, a construção de um capital político³ e a transmissão sucessória em que a família se torna instituição central, para além dos partidos, com acesso, construção e inserção em redes de relações duráveis, alicerçadas por um habitus de classe. É nesse sentido que

[...] o nepotismo é uma rede social e política de interesses. O nepotismo é uma estratégia de classes, de grupos sociais e de famílias para a obtenção e preservação do poder político e da dominação da elite. O nepotismo teve suas origens nas relações de parentesco e favoritismo dos papas com seus parentes e passou para o poder civil. A prática muitas vezes corrupta de nomeação de parentes nas velhas esferas eclesiásticas cunhou o léxico na tradição política. (Oliveira, 2012, p. 14).

Assim, não se pode pensar no fenômeno da hereditariedade política sem as práticas que envolvem a transmissão, a herança do patrimônio simbólico do grupo, o peso dos capitais que estão em jogo e em disputa. A hereditariedade política ultrapassa a consanguinidade. É um fenômeno que se concebe pela legitimidade construída no mundo social. Nesse aspecto, pensar a hereditariedade política é pensar uma plêiade de estratégias que envolvem: a)

² Ver: Herdeiros políticos ocupam metade da Câmara. Congresso em foco. 3 fev. 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/herdeiros-de-politicos-ocupam-metade-da-camara/>. Acesso em: mai. 2023.

³ O capital político [seria este tipo de capital] que assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos (residência, veículos, hospitais, escolas, etc.). (Bourdieu, 1996, p. 31).

processos de construção e socialização de saberes entre os grupos e a relação destes com e entre classes e frações de classes; b) acúmulo de capitais simbólicos e materiais e as dinâmicas de transmissão; c) as reconversões sociais; d) as alianças e casamentos; e) as redes de relações sociais específicas, relacionadas ao grupo familiar; f) o fazer/agir político; g) as redes construídas na relação entre as esferas de poder local, estadual e nacional; h) o patrimônio simbólico do grupo político; i) Os processos conjunturais e as dinâmicas de alianças que envolvem as disputas.

Os processos de socialização e construção de saberes entre os grupos se materializam na linguagem incorporada e nas práticas realizadas. Isto possibilita a assimilação de códigos e a construção de processos simbólicos identitários do grupo (Bourdieu, 1996). O convívio em espaços nos quais a política é sempre discutida; o acesso ao aparelho de Estado e às diversas instituições públicas; o contato com lideranças políticas; a frequência aos rituais festivos (casamentos, comícios, jantares, almoços, cerimoniais etc.), promovidos pelas elites política e econômica, dentre outros. Tudo isto se constitui em aprendizagem. Estes espaços informais se configuram em espaços de socialização e de construção de saberes. A frequência a tais espaços, portanto, permite naturalizar modos de agir e pensar que são típicos de um campo. Estes modos de agir e pensar, que são tidos como naturais, se legitimam pelo reconhecimento de códigos válidos. Construir domínios sobre estes códigos específicos, geralmente restrito a um pequeno grupo de agentes, é o que permitirá processos de diferenciação entre os indivíduos. A linguagem e a internalização do código legítimo se tornam um dos elementos de diferenciação no espaço social. O acesso ao aparelho de Estado, leia-se aqui, ocupação de cargos de secretarias, a indicação para postos de trabalhos de comando, possibilita aos neófitos, como aprendizes e herdeiros das famílias políticas, a compreender as regras do jogo. Estas questões vão desde o conhecimento da linguagem do Estado e da forma de funcionamento da instituição, até o domínio da linguagem do direito – do regramento burocrático – à performance de falar em público e para o público.

Os indivíduos, muitas das vezes, jovens – aqueles que se constituem no filhotismo – pertencentes às famílias políticas, que acessam, por dentro, o aparelho estatal, não são desprovidos de capitais. O mundo social é construído por relações de força. Essas se expressam pelos capitais. Os herdeiros trazem, nas disputas, um diferencial, a história coletiva do grupo. Esta crava-se em sua pele e em suas ações nas disputas. É menos pela consanguinidade e mais pelo reconhecimento no mundo social da legitimidade deste agente, um mecanismo de pertencimento que se transforma em representante legítimo do grupo. O esforço para isto, muitas das vezes, se consubstancia no agente herdeiro, este que se consagra pela força da apresentação/representação do seu padrinho político e pelo reconhecimento dos dominados.

Soma-se a isso a estratégia da reconversão social. Conforme Meneses (p. 2021, p. 70), a estratégia da reconversão social diz respeito às “frações da classe dominante, de transformar os patrimônios de origem e manter a competitividade nas lutas sociais dentro do grande grupo a que pertencem”. (Meneses, 2021, p. 70).

A estratégia de reconversão social são estratégias mobilizadas pelas elites ameaçadas de desclassificação que dão mobilidade e inovam, mas que também conservam o patrimônio. São estratégias dos que se veem na iminência de mudar para não desaparecer distintamente,

mas que também não podem, a custo de desaparecer enquanto elite, fazer uma total conversão dos bens distintos “sem abandono total das antigas posições nem entrega total às novas). (Saint-Martin apud Meneses, 2021, p. 72).

Há sempre um risco no processo de transmissão do patrimônio simbólico do grupo familiar. A transmissão não é automática; exigem-se estratégias. Estas vão das alianças políticas, da inserção no aparelho estatal, passando pelo uso do nome de família, às alianças matrimoniais, entre os bem-posicionados no espaço social. O papel social, cultural e político das mulheres, por exemplo, na formação e reprodução das alianças entre “os novos atores, novos homens e as velhas famílias” é questão bastante interessante na investigação empírica da história das famílias de elite e suas genealogias no Brasil (...). A importância social e política dos ‘bons’ casamentos é uma marca na carreira de muitos políticos (...) brasileiros”. (Oliveira, 2016, p. 14 e 16).

Os casamentos permitem a construção de novas alianças matrimoniais e patrimoniais. É unindo-se pelo matrimônio que se amplia o patrimônio. Isto não seria possível sem uma compreensão acerca das redes de relações sociais construídas nos espaços de sociabilidades das elites: clubes e festividades familiares; escolas e universidades onde estudam; shows e viagens que realizam; condomínios em que moram. Essas redes que vão sendo construídas pelas alianças matrimoniais, pelos laços de amizades, pela proximidade do gosto estético e por tantas outras mais afinidades instituídas e aprimoradas no âmbito privado, da casa (DaMatta, 1997), permitem formar redes de relação a partir da posição de classe que operam do local ao nacional.

Com isto, opera-se, no mundo social, no espaço público, na rua (DaMatta, 1997), a mística da consagração dos “nomes de família”. O reconhecimento, por parte dos cidadãos, de famílias “consagradas”. Em sua grande maioria famílias que detém capital econômico ou político familiar acumulados. A base desta consagração está localizada no município, mas, a depender do volume de capital, expande-se para o estado ou nacionalmente. Na maioria das vezes são famílias que controlam e/ou disputam o orçamento público local, mas que, também, estão inseridas em diversos órgãos do Estado. Nestes termos, a hereditariedade traz consigo marcas simbólicas da família, que são visualizadas a partir do sobrenome (Canêdo, 2002, 2011; Monteiro, 2017; Oliveira et al., 2017). O sobrenome não é apenas um “nome sobre”; é mais que “um” sobre. É a história do grupo materializada.

O parentesco na política é mobilizado como um recurso de legitimidade para os agentes e seus familiares (Grill, 2008). Não por acaso que, as “famílias políticas” e as “novas famílias políticas” (Monteiro, 2017), mobilizam-se, dentre tantos recursos sociais e princípios de legitimação (Coradini, 2001) através do “nome de família” - leia-se “sobrenome” – de legitimação social e disputas em torno da memória. Esta que é cravada nos mais diversos “lugares de memória” (Norra, 1993). Lugares estes que vão dos nomes atribuídos às praças e nas cerimônias, das avenidas aos estádios de futebol, dos clubes aos centros de convenções, do comício aos cerimoniais de casamento e/ou velórios.

A política, pensada por esta lógica de classificação do mundo social, é, por excelência, o espaço da disputa e do poder, em sua dimensão material e fundamentalmente simbólica. Nestes termos, o que é o poder senão esta “dimensão da capacidade simbólica do domínio”. (Lemenhe, 1995, p.14).

É o poder que se transmite simbolicamente, sem fazer uso da força, mas pelo reconhecimento enquanto tal. É a história da família, muitas vezes, materializada no herdeiro. A hereditariedade do poder político,

É a forma política e simbólica de transmissão do poder, que, ao utilizar de elementos materiais e simbólicos, exercem efeitos de sentido, que tem permitido, no campo político, o reconhecimento dos herdeiros como legítimos sucessores de seus antepassados. É a materialização da história no corpo do agente que tem como missão transmitir à geração futura o que lhe foi ensinado e socializado. É o poder, por excelência, exercendo sua força e seus mecanismos de dominação, como se fosse por um ato natural da consanguinidade. É o processo de camuflagem da fortuna material e simbólica do grupo, em uma sociedade desigual, como a brasileira, que permite que a herança política seja legitimada como uma transmissão natural do poder. É o efeito simbólico e material da dominação instaurados nos corpos e nas mentes de quem legitima a hereditariedade do poder político como fenômeno pertencente ao herdeiro, tendo em vista que este é destacado como sucessor “nato”, legítimo, conhecido e, por isso, reconhecido como aquele que traz consigo a força simbólica e material do grupo familiar. (Monteiro, 2017a, p. 197).

O herdeiro se torna a síntese da coletividade que fora construída pelos seus antepassados. Ele carrega o que significa e o que representa, no imaginário popular, sobre aquela família. É a coletividade sintetizada em um indivíduo, ou melhor, numa pessoa (DaMatta, 1997), que tem por “missão” transmitir o legado familiar para as gerações futuras. Porém, ao tempo que, o herdeiro tem uma vantagem nesse processo sucessório, ao trazer o “sobrenome” da família, as insígnias da distinção fundada em boa parte na assimetria social, histórica e autoritária do “você sabe com que está falando?” (DaMatta, 2020). Ele também tem a cobrança de superar os feitos que alimentam o imaginário popular acerca dos antecessores; caso contrário, a legitimidade desta crença cairá por terra, ou seja, se transformará em descrença. É aqui que reside: a) a magia da legitimidade do poder. O poder legítimo como aquele que permite o reconhecimento do domínio pela crença; b) a possibilidade dos contornos dramáticos da reconversão social, ou seja, o risco de desclassificação e a necessidade da reconversão.

Renovação política geracional: o município como escola de formação

O município, enquanto esfera de realização da política e no tempo da política (Palmeira e Heredia, 1995), tem se configurado em espaço privilegiado para a formação de herdeiros políticos. A construção de quadros para a burocracia estatal e representação tem, no município, a escola de aprendizagem. Isto se deve, em grande medida, à lógica de funcionamento do modo de fazer política no Brasil (Palmeira, 2006). É através da ocupação dos cargos de secretário e/ou de vereador que se tem a iniciação a um tipo específico de aprendizagem relacionada ao modus operandi de fazer política.

A instrumentalização destes espaços – leia-se câmara municipal, secretarias, autarquias – têm permitido às “famílias políticas” utilizarem-lhes como escola de formação, espaço de aprendizagem para os neófitos e herdeiros das famílias políticas. Os saberes e o aprendizado envolvendo a performance no campo político – quer seja na compreensão e

funcionamento dos espaços, quer seja no modo de comportamento (uso da palavra em público) – tem contribuído para que as “famílias políticas” testem aqueles que serão, à frente, cotados, pelo grupo familiar, como possíveis sucessores políticos.

É no município, portanto, especialmente, secretarias e câmara municipal, que se tem os primeiros passos dessa aprendizagem. As “famílias políticas” inserem os “jovens” herdeiros nestes espaços para aprenderem, incorporarem a linguagem e a lógica de funcionamento do mundo político. Quando o município é de médio e/ou grande porte, a depender do volume de capital político familiar do grupo, essa aprendizagem poderá ser realizada em outra instância: assembleia legislativa do estado e/ou na câmara federal. O salto é de acordo com o volume do capital econômico, político e/ou social do grupo. Sendo eleitos, os neófitos – herdeiros políticos – se utilizando do capital político familiar (Monteiro, 2017) – passam a exercer cargos eletivos. Estes cargos funcionam como rituais de iniciação no mundo político. Isso permite, a posteriori, fazer uso desta experiência em outras esferas eletivas de poder.

O fenômeno da renovação política é entendido, quase sempre, como a alternância de nomes. Esquecendo, portanto, de verificar as permanências de sobrenomes, parentesco e as redes de base familiar que se revezam em cargos eletivos. O parentesco, a família, as redes de sociabilidades, devem ser entendidas como categorias da prática da política no Brasil. (Canêdo, 2002).

Acreditava-se que, nas sociedades contemporâneas, cujas formas de governos fossem democráticas, a transmissão de poder entre gerações e por meio das linhagens familiares tenderia a diminuir. A rotatividade e a oxigenação do poder se tornariam regra. Mas não é isto o que tem ocorrido, em termos de renovação política no Brasil⁴. A construção com esforço de uma cidadania marcada historicamente por avanços e retrocessos, pela ampliação de alguns direitos ao mesmo tempo cerceada de outros ainda há muito para avançar, sobretudo no campo político. Afinal, a obtenção de uma das dimensões da cidadania não implica automaticamente no acesso de outras. O direito ao voto, em escolher livremente os representantes políticos, não implica em rotatividade no poder, tão menos em uma representação social efetiva. Os ranços da escravidão e da desigualdade ainda se fazem presentes (Carvalho, 2014). Conforme evidenciam as pesquisas.

Indivíduos pertencentes às tradicionais e endinheiradas famílias têm ocupado, de forma hegemônica e contínua, cargos eletivos e funções de nomeação nas esferas municipais, estaduais e federais. (...) O que se verifica empiricamente a cada pleito, tanto do ponto de vista dos estados como das pequenas cidades do interior e até mesmo em capitais e no plano federal, é a continuidade da política como campo cada vez mais propício para atividades familiares. (Oliveira et al., 2017, p. 167).

Essa caracterização da política como atividade exercida por poucas e privilegiadas famílias, não se restringe, conforme destacado, aos municípios de pequeno porte. Trata-se de uma forma como o poder político se organiza no país. “O poder, no Brasil, tem nome e

⁴ Conferir *Quase 300 deputados têm parentes na política. Congresso em foco*. 11 Abr. 2011. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/quase-300-deputados-tem-parente-na-politica/>. Acesso: maio de 2024.

sobrenome” (Doria, 2018, p. 08). Isso pode ser verificado no quadro 01 – Prefeitos eleitos em Campina Grande.

Quadro 01: Prefeitos eleitos em Campina Grande (1988-2028)

Ano	Prefeito eleito	Família	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
1989	Cássio Cunha Lima	Cunha Lima	01/01/1989	01/12/1992	Prefeito eleito/renunciou ao cargo
1992	Francisco Lira	Lira	01/12/1992	31/12/1992	Vice-prefeito eleito no cargo de prefeito interino
1993	Felix Araújo Filho	Araújo	01/01/1993	31/12/1996	Prefeito eleito
1997	Cássio Cunha Lima	Cunha Lima	01/01/1997	01/12/2000	Prefeito eleito
2001	Cássio Cunha Lima	Cunha Lima	01/01/2001	05/04/2002	Prefeito reeleito/renunciou ao cargo
2002	Cozete Barbosa	Barbosa	05/04/2002	31/12/2004	Vice-prefeita eleita no cargo de prefeita
2005	Veneziano Vital do Rêgo	Vital-Rêgo	01/01/2005	31/12/2008	Prefeito eleito
2009	Veneziano Vital do Rêgo	Vital-Rêgo	01/01/2009	31/12/2012	Prefeito eleito
2013	Romero Rodrigues Veiga	Cunha Lima	01/01/2013	31/12/2016	Prefeito eleito
2017	Romero Rodrigues Veiga	Cunha Lima	01/01/2017	31/12/2020	Prefeito eleito
2021	Bruno Cunha Lima	Cunha Lima	01/01/2021	31/12/2024	Prefeito eleito
2025	Bruno Cunha Lima	Cunha Lima	01/01/2025	31/12/2028	Prefeito eleito

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Desde a promulgação da Constituição de 1988, duas famílias, Cunha Lima e Vital do Rêgo, têm se revezado no controle político de Campina Grande, com a primeira mantendo hegemonia sobre o orçamento público local. Em uma análise de cerca de quatro décadas, observa-se que nenhum dos três nomes que sucederam a Cunha Lima, seja por renúncia⁵, após integrante desta família renunciar o cargo de prefeito para concorrer a outro cargo eletivo no estado, assumindo, desta feita, o controle do orçamento público do município

⁵ Os motivos da renúncia devem-se ao fato de assumir projeto político que extrapola a esfera local.

Francisco Lira⁶, Cozete Barbosa⁷, ou por indicação do grupo (a exemplo do prefeito Felix Araújo⁸) – conseguiu consolidar uma carreira política duradoura ou permanecer no poder.

O quadro 01, Prefeitos eleitos em Campina Grande (1988-2028), traz a gangorra que se estabelece, no poder local, em um município de médio porte, em que duas poderosas famílias se revezam. Isso dificilmente seria realizado sem o uso do parentesco como recurso social. A hereditariedade política, a partir da transmissão do poder, para sucessores pertencentes ao grupo familiar, não só potencializa o capital político da família, mas, também, possibilita convertê-lo em outros tipos de capitais: simbólico, social e econômico.

O controle do orçamento público – quer seja de uma prefeitura ou de um estado de pequeno, médio ou grande porte – permite, por parte do grupo familiar que governa, principalmente quando se tem décadas de domínio, a construção de redes de relações duráveis que se estabelecem com nomeações de profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, odontólogos), passando pelos profissionais da educação (Diretores, professores, coordenadores) contratados – para o exercício de suas funções – aos cargos comissionados e de confiança política.

É com a formação dessa rede de relações duráveis – capital social – que se constrói a base política, a musculatura eleitoral. Tem-se, assim, um exército à disposição. É esse conglomerado de agentes, empregados no aparelho estatal, através de contratos precários, que, muitas das vezes, é acionado em períodos eleitorais. Em poucas palavras: é quando o empreguismo se converte, por exemplo, em moeda de troca – votos e cabos eleitorais posicionados no aparelho de Estado. Isso se soma aos demais atores da sociedade civil e do mercado, ao controle de partidos e dos diretórios, da mídia televisiva e jornais, blogs e outros meios de comunicação. Presidentes de associações e comerciantes também são chamados a participar do contexto da política, principalmente quando comerciantes se tornam fornecedores do órgão público.

Controlar orçamento público não significa, apenas, governar. É mais que isso: é exercer domínio sobre um território; é construir redes de relações duráveis; é converter e ampliar capital político em capital social e econômico; é ocupar posições estratégicas no campo político e no espaço social; é assumir uma engrenagem de poder muito bem azeitada que pode ser acionada em qualquer disputa eleitoral. Daí que se entende como o Estado brasileiro é resultado dessas relações e conexões que se vão do subnacional ao nacional e

⁶ Francisco Lira, prefeito interino de Campina Grande, é irmão do ex-senador Raimundo Lira. Foi senador por dois mandatos (1987-1995; 2014-2019) e presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Campina Grande, conselheiro da Sociedade Rural e da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), vice-presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado da Paraíba S.A. (Paraiban). Como empresário: diretor-presidente da Campina Grande Diesel S.A. (Camdesa), da Campina Veículos S.A. (Cavesa), da Sibril Veículos Ltda e da Fazenda Poderosa S.A.; vice-presidente da Associação Brasileira dos Concessionários de Automóveis Fiat (Abracaf) e da Associação dos Distribuidores de Veículos Automotores (Abrave). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/biografia?grupo=senadores&id=raimundo-lira>. Acesso em: jun. 2023.

⁷ Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros foi vereadora de Campina Grande, entre 1996 e 2000, quase se elegeu senadora em 1998 pela Paraíba, ficando em 3º lugar e, posteriormente, se tornou vice-prefeita de Cássio Cunha Lima em 2000 e depois prefeita de Campina Grande em 2002, até hoje a única mulher a assumir o cargo na cidade. (Bezerra, 2019, p. 15)

⁸ Felix Araújo Filho é advogado criminalista. Prefeito do município de Campina Grande (de Janeiro de 1993 a Janeiro de 1997). Vereador, por duas por duas legislaturas (1983 a 1992). Durante este período, foi presidente da Câmara por duas vezes.

que, de forma reticular, alicerçam-se em redes de relações de realimentação mútua. Isto porque prefeito, governador e deputado “não é [sic] apenas uma ‘pessoa’ no sentido comum, entidade privada, mas também ‘pessoa pública’, como chefe primitivo ou um rei divino, seus atos têm significado transcendental” (Lanna, 1995, p. 19).

É com essa malha de sustentação política e essa ação prática de governar, alicerçada em redes de relações duráveis que vão do local ao nacional, que a família Cunha Lima e a família Vital Rêgo, mas não apenas essas, têm construído renovações políticas geracionais no estado da Paraíba⁹. Isto se torna visível quando se observa o diagrama de parentesco (Figura 01) do grupo familiar.

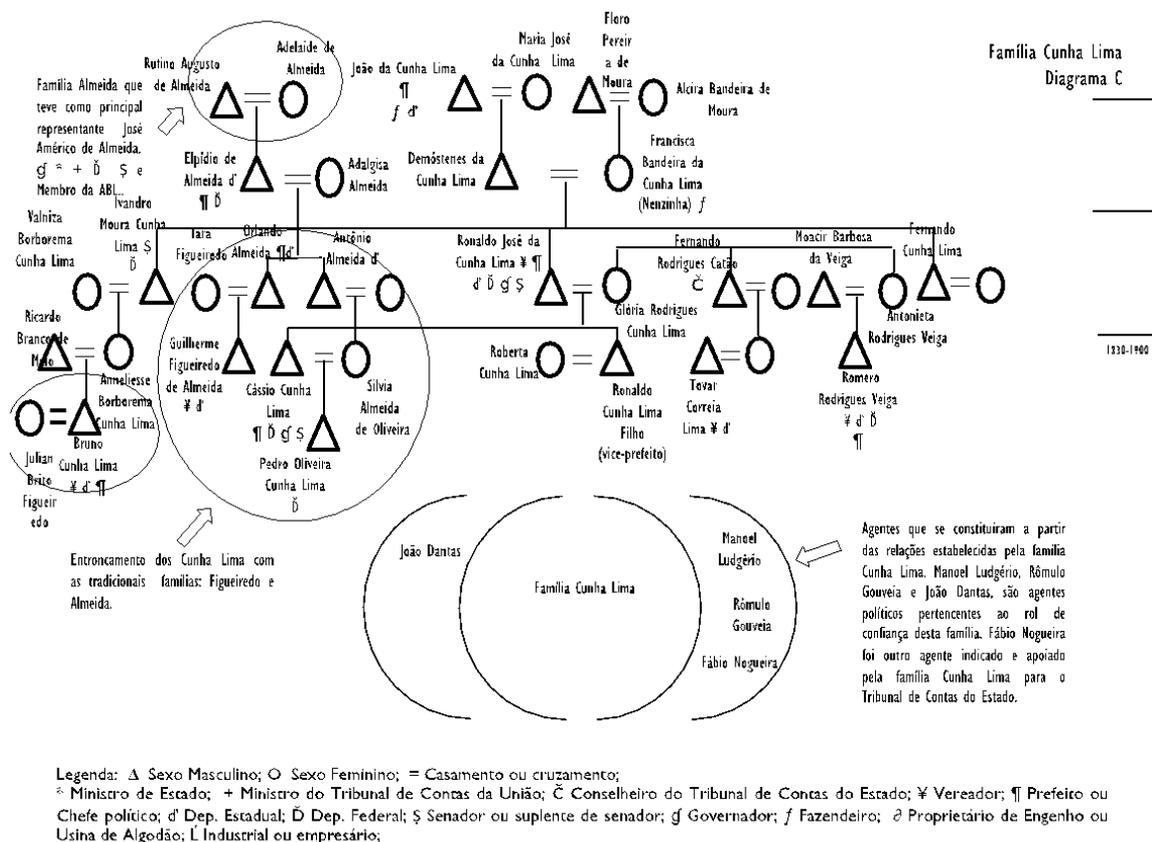
As escolhas, para o executivo local, de nomes de confiança do grupo, e mais ainda, a transmissão de poder para parentes, potencializam “sobrenomes” para as vagas de deputado federal, senador e/ou governador de estado. Em poucas palavras: de Ronaldo Cunha Lima¹⁰ para Cássio Cunha Lima, ou seja, de pai para filho. E, posteriormente, para Romero Rodrigues, primo de Cássio Cunha Lima, pela linha materna; e deste para Bruno Cunha Lima, sobrinho-neto de Ronaldo Cunha Lima. Portanto, o que existe, de fato, é uma renovação política geracional. É o que permite a mudança na permanência. Mudam-se os nomes, permanecem os sobrenomes. Muda-se o agente político, permanece a família, por meio de uma sucessão que se realiza na linhagem. Daí falar-se em *renovação política geracional* e não apenas renovação política. A *renovação política geracional* nos permite entender a continuidade do domínio político em períodos de curta, média e longa duração.

O diagrama de parentesco, abaixo, permite visualizar como se organiza o poder político a partir da família e como o processo sucessório e de ocupação de cargos eletivos e não eletivos no estado se dá pela linhagem do grupo familiar.

⁹A Paraíba, em termos de distribuição do poder político, as famílias políticas governam controlando territórios. É como se os territórios possuíssem donos. Em Campina Grande, por exemplo, por ser um município de médio porte, três oligarquias exercem força política e disputam o orçamento público local: Cunha Lima, Vital-Rêgo e Ribeiro. Estando a primeira controlando o orçamento público por mais tempo, as alianças se constroem, majoritariamente, com estas famílias políticas. Para uma melhor compreensão sobre estas famílias políticas, sugiro a leitura do livro “A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder familiar”.

¹⁰A carreira política de Ronaldo Cunha Lima iniciou como vereador de Campina Grande, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), deputado estadual por dois mandatos e prefeito eleito em 1968, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 14 de março de 1969 teve os seus direitos políticos cassados, passando dez anos no ostracismo, indo para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro recomeçando a sua carreira de advogado. Anistiado, em 1982, foi reconduzido à prefeitura de Campina Grande pelo voto popular, no seu mandato à frente da PMCG (1983/1989). Governador do estado da Paraíba (1991/1994), Senador da República (1995/2002) e deputado federal, eleito, em 2002, e reeleito em 2006. (CPDOC, 2023)

Figura 1: Diagrama de parentesco político. Família Cunha Lima (1870-2024)



Fonte: Construído e atualizado por Monteiro (2024).

Temos sustentado, e agora de forma demonstrável, que, para a perpetuação dos grupos familiares, o espaço privilegiado de “formação” e/ou “aprendizagem política” é o poder local. Há também aqueles que já iniciam a carreira política como deputado estadual e ou deputado federal; porém, iniciar a carreira política como deputado estadual ou mesmo deputado federal, sem passar pela esfera local de poder, requer um acúmulo de tipos diferentes de capitais, ou seja, requer capital econômico, político familiar e/ou capital simbólico de notoriedade, além do apadrinhamento político. Isto aconteceu, por exemplo, com Cássio Cunha Lima¹¹ e com o seu filho, Pedro Cunha Lima, em que, o primeiro, ancorado no capital político do pai, Ronaldo Cunha Lima, e do tio Ivandro Cunha Lima, deu início à carreira política como deputado federal constituinte; já o segundo mobilizou não apenas o capital político do avô e do tio avô, mas também do pai e dos demais parentes políticos, o que

¹¹Cássio Rodrigues da Cunha Lima nasceu em Campina Grande (PB) é filho de Ronaldo José da Cunha Lima e de Maria da Glória Rodrigues da Cunha Lima. Seu pai foi governador da Paraíba de 1991 a 1994 e senador entre 1995 e 2003 e deputado federal de 2003 a 2008. O tio Ivandro Moura Cunha Lima foi senador pela Paraíba de 1977 a 1983 e deputado federal de 1991 a 1999. Iniciou na política em 1983, com a ascensão de seu pai à prefeitura de Campina Grande, ocupando o cargo de assessor especial do governo municipal. Cássio foi deputado federal, prefeito, governador e senador da república. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cassio-rodrigues-da-cunha-lima>. Acesso em: jun. 2023.

possibilitou a sua eleição de deputado federal. Destaca-se, assim, que, no caso de Cássio Cunha Lima, antes de exercer o mandato de deputado federal, adquiriu experiência assessorando o governo municipal, que tinha, à época, o seu pai como prefeito de Campina Grande.

O município, nesse sentido, tem se tornado uma escola de formação de sucessores e prováveis herdeiros das famílias políticas. Não é automática a construção de um herdeiro do grupo. Envolve, muitas das vezes, disputas dentro do próprio grupo familiar. Até o momento, o grupo Cunha Lima tem construído novos possíveis herdeiros. Destacam-se: Bruno Cunha Lima, atual prefeito de Campina Grande, e Pedro Cunha Lima, ex-deputado federal e segundo colocado na disputa para o governo do estado da Paraíba, em 2022. Bruno Cunha Lima é neto do ex-senador Ivandro Cunha Lima; Pedro Cunha Lima é neto do ex-senador, governador, prefeito, deputado estadual e deputado federal, Ronaldo Cunha Lima; e filho do ex-prefeito, ex-deputado federal, ex-senador e ex-governador Cássio Cunha Lima. Com efeito, vê-se que,

aceitação da “herança”, por parte de um possível “herdeiro” representa, por seu turno, o resultado de mecanismos de inculcação de disposições (transmitidas, herdadas e adquiridas no interior das “famílias”, que se ajustam (não mecanicamente) a processos de constituição de sentidos práticos relacionados a determinados jogos sociais. (Grill, 2008, p. 37).

A herança política construída, em termos de patrimônio político, por Ronaldo Cunha Lima e Ivandro Cunha Lima, em grande medida, foi transmitida, para Cássio Cunha Lima e, por conseguinte, Romero Rodrigues. É o patrimônio político familiar¹² deste grupo político que está se atualizando sobre os ombros da nova geração. É disso que estamos falando – em termos de transmissão e sucessão – como uma *renovação política geracional* em curso em municípios e em alguns estados da federação.

No caso específico, o foco da análise é Campina Grande. Observa-se que as três oligarquias de base familiar mais poderosa localmente (Cunha Lima, Vital-Rêgo e Ribeiro) e do estado estão passando por um processo de rearranjo no campo político. São oligarquias de base familiar que disputam o território político e sabem da importância de controlar as instâncias do orçamento público local para a construção da renovação política geracional.

Tais famílias políticas possuem parentes situados, ocupando posições estratégicas em diversos órgãos do aparelho de Estado. Instituições que vão do local ao nacional, dos cargos de prefeito, deputado federal, senador, aos órgãos de controle como tribunais de contas. Esses rearranjos envolvendo alianças inter-oligárquicas se constituem em estratégias do grupo para a continuidade e perpetuação do poder e à construção de sucessores na linhagem do grupo familiar.

Observa-se que, até bem pouco tempo, a família Vital-Rego e Cunha-Lima, eram opositoras. Isso quando a família Ribeiro estava na condição de aliada dos Cunha Lima e

¹² Patrimônio político familiar é entendido aqui como “um conjunto da reputação coletiva e das bases de fidelidade acumuladas pelo “grupo familiar”. O trabalho de memória familiar, a aquisição de uma “familiaridade” com os lugares e com as linguagens do espaço político e a construção de uma identidade social são resultados de longo trabalho de conversão de imperativos ligados às estratégias globais de reprodução social de um “grupo familiar” em uma ideia de vocação”. (Grill, 2008, p. 37)

oposição ao governador – João Azevedo Lins Filho¹³. Neste cenário de alianças e rearranjos políticos, a família Vital-Rêgo era aliada do governador da Paraíba. Com o afastamento dessa família do governo estadual – após romper com João Azevedo, para disputar o pleito de governador em 2022, através do senador Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto – construiu-se a possibilidade de a família Ribeiro aproximar-se do governador. Estrategicamente, Daniela Ribeiro e Aguinaldo Ribeiro, respectivamente, senadora e deputado, mãe e tio, de Lucas Ribeiro, indicaram-lhe para concorrer a vaga de vice-governador com o então governador do estado, João Azevedo.

A composição logrou êxito. Lucas Ribeiro foi o indicado a vice na chapa da reeleição do governador. Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, por sua vez, no segundo turno, declarou apoio a Pedro Cunha Lima que, por sua vez, na eleição de 2024, manteve a aliança e apoio ao ex-adversário local, Bruno Cunha Lima, primo de Pedro Cunha Lima. Esta aliança que nasce na campanha de governador em 2022, perdura, possibilitando novos rearranjos e alianças políticas em Campina Grande e, por conseguinte, na Paraíba.

A renovação política, em perspectiva geracional, requer, portanto, não só o uso do patrimônio simbólico do grupo (Grill, 2008); mas, e fundamentalmente, a mobilização de recursos sociais (Coradini, 2001) e materiais. Requer a estrutura de poder material do grupo, isto é, a mobilização das diversas formas do orçamento público: a mobilização de emendas parlamentares (Bezerra, 1999); alocação de recursos em obras, o que permite gerar empregos e estabelecer conexões com empreiteiras. Em síntese, mobiliza-se o Estado para que, assim, possa ser mobilizada a sociedade e o mercado.

Além disso, quando os familiares estão bem posicionados nas instituições do aparelho estatal, estes também vão acumulando experiências e saberes que, no “tempo da política”, em períodos eleitorais também podem ser utilizados. Não é por acaso que essas famílias fazem do município uma escola de aprendizagem para os parentes próximos. Uma carreira política não nasce do nada e, tampouco se faz do nada, necessita de mobilização de patrimônios simbólicos e materiais. Bruno Cunha Lima e Romero Cunha Lima não iniciaram suas carreiras políticas do nada. De igual modo, Veneziano Vital do Rêgo, Segundo Neto, Lucas Ribeiro e Pedro Cunha iniciam a carreira política como vereadores. Essas experiências adquiridas nos cargos eletivos, localmente, propiciaram-lhes – quando somadas aos espaços

¹³ João Azevedo Lins Filho foi, entre 1980 e 1983, diretor da Divisão de Planejamento Habitacional do Instituto de Assistência à Saúde do Servidor (IPEP); entre 1983 e 1984, assumiu a chefia da Assessoria de Planejamento Econômico da URBAN; entre 1984 e 1985, assumiu a gerência de Infraestrutura do Programa Cidade de Porte Médio, tornando-se coordenador geral do programa pouco tempo depois. De 1986 a 1989, foi Secretário de Serviços Urbanos do município de João Pessoa; em 2004, Secretário de Planejamento do município de Bayeux e, em 2005, chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), assessor da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e secretário adjunto da Secretaria de Habitação de João Pessoa. Entre 2007 e 2010, foi Secretário da Infraestrutura de João Pessoa. Em 2011, foi nomeado pelo então governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, Secretário Estadual do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Ciência e Tecnologia. Em 2015, quando houve a fusão desta pasta administrativa com a Secretaria de Infraestrutura, passou a exercer o cargo de Secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT), permanecendo no cargo até 5 de abril de 2018. Em abril de 2018, afasta-se da SEIRHMACT para concorrer ao cargo de governador do Estado. É eleito governador do estado da Paraíba no 1º turno com o apoio do então governador Ricardo Coutinho. Em 2022, concorre à reeleição, com Pedro Cunha Lima, tendo como vice, o herdeiro da família Ribeiro, Lucas Ribeiro. Este que ocupava o cargo de vice-prefeito de Bruno Cunha Lima. E que, com o convite para disputar a vaga de vice-governador do estado, se afasta e rompe com o grupo Cunha Lima.

que frequentam e às redes de relações que mantém com as elites locais – a formação de um habitus político que lhes permite internalizar não só a linguagem da política, mas, também, atuar no campo política legitimado pelo reconhecimento ao grupo pertencente.

A ocupação de cargos no Estado como secretarias e outros órgãos como ocorreu com Romero Rodrigues (e que podem ser estendidos para outros sucessores das linguagens familiares políticas) se transformam em espaço de formação. Romero Rodrigues, por exemplo,

Foi Secretário de Agricultura em Campina Grande. Vereador (1992, 1996, 2000 e 2004). Em 2004, reeleito pela quarta vez vereador. Representante da família Cunha Lima, no poder legislativo local, assumiu a presidência da Câmara Municipal, em 2000, e em 2002 foi reeleito. Em 2006, renuncia ao mandato de vereador, ao ser eleito deputado estadual. Em 2007 é nomeado, pelo primo e governador do estado, Cássio Rodrigues da Cunha Lima (2003-2009), secretário de interiorização do Estado da Paraíba. Em 2008 trocou de Secretaria, tornando-se secretário chefe da casa civil do governo estadual. Eleito deputado federal em 2010. Como deputado federal, foi membro titular das comissões de Segurança pública e combate ao crime organizado, de Ciência e tecnologia, comunicação e informática, de Desenvolvimento econômico, indústria e comércio, tendo sido terceiro vice-presidente desta última. Em 2 de julho de 2012, licenciou-se de seu mandato por 121 dias. Nesse período dedicou-se à sua campanha à prefeitura de Campina Grande. Eleito em 2012 e reeleito em 2016 para o cargo de prefeito de Campina Grande. Em 2022, foi eleito deputado federal, tendo feito sucessor à prefeitura de Campina Grande, Bruno Cunha Lima. (CPDOC, 2023).

Ocupar tais cargos, no campo político, não permite entender o agente público apenas como gestor ou mesmo parlamentar. É mais que isso. É um agente que tem acesso a diversas instâncias de poder, que constrói redes de contatos, relações duráveis; redes de conexões e influência sobre indivíduos e instituições do Estado e do mercado. Isto apenas potencializa o patrimônio político familiar do grupo, ao mesmo tempo em que possibilita a continuidade da reprodução social do grupo político familiar.

Os recursos sociais para ocupação de boas posições no estado: parentesco e hereditariedade

A estrutura de poder político e econômico montada pelo grupo Cunha Lima na prefeitura do segundo maior colégio eleitoral da Paraíba, Campina Grande, e no executivo estadual, quando à época teve pai e filho, respectivamente, a frente destes poderes, possibilitou construir uma rede de agentes vinculados ao grupo familiar que vão do legislativo municipal à Câmara Federal e ao Senado, perpassando pelos principais órgãos de controle do Estado como o Tribunal de Contas, no qual a família tem dois prepostos: Fernando Rodrigues Catão e Artur Paredes da Cunha Lima, conforme Diagrama de Parentesco (Figura 1). O primeiro, tio do ex-senador da República Cássio Cunha Lima; e o segundo, primo, em primeiro grau, de Ronaldo Cunha Lima.

As estratégias matrimoniais estabelecidas com as famílias do poder também se tornam visíveis. A família Cunha Lima possui entroncamento com as tradicionais famílias que administraram o município de Campina Grande, o que potencializou o capital político

do grupo, ao tempo que também ampliou o capital econômico. O senador Ivandro Cunha Lima casou-se com Walnyza Borborema Cunha Lima, pertencente à família do ex-prefeito Vergniaud Borborema Wanderley, que governou Campina Grande entre 1935-1938 e de 1940-1945.

O senador Cássio Cunha Lima, por exemplo, foi casado com Silvia Almeida, neta de um ex-prefeito da cidade e sobrinha de um ex-deputado estadual. Pela linha materna, o mais novo herdeiro da família Cunha Lima, o deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB) é bisneto do ex-prefeito de Campina Grande Elpídio de Almeida (1947-1951; 1955-1959), pertencente à tradicional família de José Américo de Almeida (ex-governador, ex-ministro de Estado e ex-senador e membro da Academia Brasileira de Letras); e pela linha paterna neto do ex-governador e ex-senador Ronaldo Cunha Lima e, sobrinho-neto, do ex-senador Ivandro Cunha Lima.

O tio de Silvia Cunha Lima, Orlando Almeida, pai do ex-deputado estadual, Guilherme Almeida, foi o vice-prefeito de Ronaldo Cunha Lima em 1969, quando este foi cassado. Orlando Almeida, por sua vez, casou-se com Iara Figueiredo, filha do ex-governador e ex-senador da Paraíba Argemiro de Figueiredo, tio-avô do atual Ministro do Tribunal de Contas da União – Vital do Rêgo Filho. Este que, por sua vez, é irmão do atual senador, pela Paraíba, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, e filho da ex-senadora Nilda Gondim. Esta que é filha do ex-governador Pedro Gondim (Rêgo, 2008).

Por meio do diagrama (Figura 1) vê-se a estrutura de poder deste grupo familiar. A família Cunha Lima se apresenta como uma das mais poderosas da Paraíba em termos de inserção de agentes na máquina pública ocupando cargos estratégicos na alta burocracia do Estado. Na Assembleia Legislativa Estadual, até bem pouco tempo, a família Cunha Lima tinha dois representantes: Bruno Cunha Lima e Artur Cunha Lima Filho. No Senado e na Câmara Federal representavam o Estado e o eleitor da Paraíba, respectivamente, pai e filho, Pedro Cunha Lima e Cássio Cunha Lima.

Soma-se a isso, o fato de ter constituído prepostos que, historicamente, estão alinhados à família através da parentela. Tovar Correia Lima, deputado estadual, casado com a filha de um dos Conselheiros do Tribunal de Contas, Fernando Rodrigues Catão, tio do ex-senador Cássio Cunha Lima. O ex-vereador, ex-deputado estadual e ex-deputado federal Rômulo Gouveia (falecido em 2018), esposo da ex-deputada estadual e atual vereadora, Eva Gouveia; o ex-vereador, ex-deputado estadual Manoel Ludgério e sua esposa vereadora Ivonete Ludgerio e o ex-vereador e idealizador de um dos espaços atrativos do período junino em Campina Grande, João Dantas; além do Conselheiro do Tribunal de Contas, Fábio Nogueira. Agentes estes que estão em cargos de representação nacional, estadual e municipal, respectivamente; bem como em órgãos de controle, o que só amplia o poder e a influência da família Cunha Lima.

Neste intervalo, destacam-se também aqueles que foram prefeitos do município de Campina Grande/PB. No quadro 01, é possível verificar que há continuidade e predominância de famílias políticas no controle do orçamento público local: Cunha Lima e Vital-Rêgo, com destaque para a hegemonia da primeira no intervalo analisado. De acordo com Monteiro (2017, p. 235) a família Cunha Lima construiu ao longo dos últimos setenta anos uma estrutura de poder político, por meio da rede de parentes e da parentela, que tem permitido não só se manter como controlar e se reproduzir em diversas instâncias estratégicas

da ação política no Estado. O controle na década de 1980, por meio do agente político Ronaldo Cunha Lima, do principal município do Estado – Campina Grande – e a representação no Senado do seu irmão Ivandro Cunha Lima, possibilitou o fortalecimento do grupo familiar” que, desde 1935, já possuía relações políticas no estado.

Desde o processo de redemocratização, a família Cunha Lima detém a hegemonia e controle do orçamento público local, revezando-se com a família Vital-Rêgo. O quadro 01 nos traz indícios do processo de construção da hereditariedade política local.

Há, em curso, uma lógica de apropriação do poder local, que se legitima pelo revezamento entre poucas famílias, no controle de grupos exclusivos sobre o espaço institucional. A democracia, nesse sentido, legitima a alternância na permanência de oligarquias de base familiar local. Isto não seria possível apenas controlando o espaço local. A dinâmica de poder deste domínio deve ser compreendida tanto em perspectiva reticular, como em perspectiva de dominação de espaços políticos e econômicos estaduais que pudessem assegurar o domínio local. Dito de outra forma: o controle do poder local, em um município de porte médio, não se faz perdurar sem a articulação com outras instâncias: estadual e federal, ou seja, “As redes políticas e as relações de interdependência que vinculam lideranças locais, parlamentares e autoridades governamentais, asseguram uma circulação ampla de serviços, favores e pessoas” (Bezerra, 1999, p. 122).

O quadro 01 demonstra como a alternância de poder, no município de Campina Grande – município de porte médio – no decorrer de quatro décadas, se dá, majoritariamente, entre duas famílias: Cunha Lima e Vital-Rêgo. O que se consubstancia, na prática, no revezamento entre estas famílias. Os herdeiros do patrimônio político e eleitoral da família Cunha Lima utilizaram de estratégias diferentes na construção de suas trajetórias. A depender da conjuntura política, iniciaram a vida política em cargos eletivos local ou nacional. Cássio Cunha Lima e Pedro Cunha Lima, por exemplo, herdeiros do patrimônio político do ex-senador e ex-governador, Ronaldo Cunha Lima, iniciaram suas trajetórias políticas como deputado federal; Bruno Cunha Lima e Romero Cunha Lima, diferentemente, realizaram as trajetórias políticas ocupando espaço no poder local, através dos mandatos de vereador e, posteriormente, ocupando cargos e acumulando experiências em secretarias e mandatos eletivos em outras esferas. Isto permitiu acumular experiências que somadas ao capital e ao patrimônio simbólico do grupo político familiar se legitimam para a disputa e ocupação do executivo local.

Compreendendo o município como este espaço de formação, o atual senador Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto e o atual Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-senador e ex-deputado federal, Vital do Rêgo Filho, iniciaram suas trajetórias políticas elegendo-se para o cargo de vereador do município de Campina Grande. A ocupação de cargos eletivos possibilitou, juntamente com o patrimônio político da família e a herança simbólica transmitida por Vital do Rêgo, quando somadas à herança do avô materno, o ex-governador Pedro Gondim, impulsionar voos mais amplos a trajetória destas duas lideranças políticas no Estado. Percebe-se, assim, que os herdeiros de “famílias de políticos” (Grill, 2008), são iniciados, muito cedo, no acesso ao Estado. É esta iniciação que contribui para o processo de formação e incorporação de saberes práticos relacionados à vida política.

A transmissão e a perpetuação de famílias no aparelho de Estado no contexto republicano (Monteiro, 2017) torna-se, portanto, um objeto de análise que merece ser

investigado e compreendido, pelas ciências sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política). A hereditariedade do poder político e a transmissão do poder, como uma configuração que parece ser consanguínea, é uma característica muito mais visível e consensual nas formas monárquicas de governo. Na política “o nepotismo apareceu em formas variadas: sob a regra da hereditariedade nas monarquias; como dominação da oligarquia fundiária ou comercial; e, nas nações democráticas, sob uma espécie de corrupção ligada à patronagem” (Bellow, 2006, p. 24).

Embora o quadro 01 não aponte, com exceção de Barbosa e Araújo, os demais nomes citados, não pertencentes às famílias Cunha Lima e Vital-Rêgo, chegaram ao poder local com o apoio dos Cunha Lima, estando relacionados à genealogia de famílias que possuem uma rede de parentesco que se revezam no poder local e em outras instâncias do aparelho de Estado, que remontam à década de 1930 e de 1960 (Monteiro, 2017), sendo a família Vital-Rêgo mais longeva no aparelho estatal que a família Cunha Lima. Com isto, é possível constatar que, antes de uma renovação na política, o que se constata é renovação na geração das oligarquias de base familiar.

A família Cunha Lima é composta por três gerações de políticos atuantes em pleitos eleitorais, na Paraíba, desde a década de 1960. Trata-se de um “grupo político” que, com especial destaque, têm exercido a dominância e controle do orçamento público do município de Campina Grande, segundo maior orçamento do Estado, ficando atrás, apenas, do orçamento da capital João Pessoa.

Desde a década de 1960, este grupo tem ganhado evidência nas disputas, não apenas local, mas estadual e nacional. Dificilmente lê-se o município de Campina Grande sem referência à memória dos Cunha Lima. A cidade é atravessada por monumentos públicos que remetem à memória desta família (Lima, 2011).

No século passado, três grandes nomes se destacaram nesta família em termos de representação política, em quadros eletivos: Fernando Cunha Lima, Ronaldo Cunha Lima¹⁴ e Ivandro Cunha Lima. O primeiro chegando a ser deputado federal, o segundo e o terceiro senadores da República. É com base neste lastro simbólico e material que esta família se transformará em um dos grupos mais importantes, em termos de disputas eleitorais, no final do século XX e início do século XXI no Estado da Paraíba. O ápice da força política deste grupo no estado se fez presente na década de 1990, quando foram eleitos para os cargos de prefeito de Campina Grande e de governador do estado, respectivamente, filho e pai, ou seja, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Cunha Lima. Este passando as chaves da prefeitura para aquele. Soma-se a isto, as eleições de 2012, que consagrou mais dois nomes na sucessão do poder local: Romero Rodrigues, primo de Cássio Cunha Lima, elegendo-se prefeito; e Ronaldo Cunha Lima Filho, irmão de Cássio, elegendo-se vice-prefeito, na chapa montada com o seu primo. (Lima, 2013).

¹⁴ Conforme destaca Lima (2013, p. 14) Entre os simpatizantes e eleitores dos políticos que congregam o chamado ‘Grupo Cunha Lima’, Ronaldo José da Cunha Lima representa uma espécie de ponto de partida, de chefia das chefias. Ronaldo, líder carismático, soube desde sempre fazer ótimo uso de sua imagem pública; aclamado como o ‘político poeta’ sempre fez questão de estar muito próximo do povo, tornando-se aquela pessoa sem orgulho, que conhecia a todos pelo nome, o boêmio que entrava noite adentro nos bares campinenses fazendo versos e a todos tratando com igual simpatia.

De igual modo, embora passando por momentos de ostracismo político, principalmente no final do século XX, e não mantendo o controle da hegemonia nas disputas no espaço local, o grupo familiar “Vital-Rêgo” se manteve por décadas, a partir dos anos 1980, o seu principal herdeiro, o tribuno e orador Vital do Rêgo (Monteiro, 2017), como o nome que concorria no espaço político com a família Cunha Lima. Vale destacar que a família Vital-Rêgo é pertencente ao mesmo tronco genealógico da família Rêgo do estado vizinho, Pernambuco.

No livro “Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder” (Rêgo, 2008), o autor evidencia a consolidação do poder desta família no período de 1930-1945, com especial destaque para o agente político Veneziano Vital do Rêgo, pai de Vital do Rêgo e avô do ex-prefeito de Campina Grande e atual senador pelo estado da Paraíba, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto; e do ex-senador e atual ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo Filho. Trata-se de uma poderosa família política, que, não obstante certo ostracismo nas décadas de 1980-1990, retorna ao poder e assume a centralidade das disputas no Estado da Paraíba, no início do século XXI. Será, portanto, no início do século XXI, na primeira e segunda década que os herdeiros políticos de Vital do Rêgo, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, Vital do Rêgo Filho e Nilda Gondim, serão eleitos para cargos eletivos, tanto no poder local, como na esfera federal.

Considerações finais

A herança política está relacionada ao patrimônio político que se herda ou aquilo que se pode herdar. Está relacionada ao universo simbólico e material da sucessão. O campo político é um universo atravessado por “formas de classificação” que se remete à dimensão do direito de família e ao direito sucessório. É esta lógica do direito privado que atravessa os espaços da vida pública e que, portanto, necessita de mais investigações empíricas. Não há como estudar o processo de seleção e recrutamento das elites, por exemplo, quer seja local, estadual ou nacional, sem compreender a lógica da transmissão e sucessão do poder.

A sucessão e a transmissão do poder, ao tempo que se encontra na gênese da alternância e construção de lideranças, permitem, também, por outro lado, problematizar a lógica da “mudança na permanência”. Permite-nos compreender a dinâmica de ascensão de novas lideranças, bem como a forma como se originam novas dinastias e linhagens políticas, “possibilitando compreender os princípios de hierarquização social e sua reconversão em princípios de hierarquização política” (Grill, 2008, p. 21).

Esta pesquisa buscou problematizar e compreender as estratégias das famílias Cunha Lima e Vital-Rêgo na construção de herdeiros e de processos sucessórios. A hereditariedade política e o parentesco foram tomados aqui como um recurso social que, quando mobilizados, juntamente com o patrimônio político e simbólico dos grupos, permitem construir processos de renovação política intergeracional. Dito de outra forma, a pesquisa problematiza a ideia de “renovação política”, procurando enfatizar a lógica geracional, ou seja, a continuidade na linhagem, a mudança na permanência, a renovação política geracional. Para isso, o local é pensado como espaço de formação de quadros para voos políticos mais amplos, tais como deputado federal, senador e governador do estado.

Referências

- ALVES, Alessandro C. *A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BELLOW, Adam. *Em louvor ao nepotismo: uma história natural*. A Girafa Editora, 2006.
- BEZERRA, Marcos O. Cap. III – Recursos Orçamentários e poder político. Cap. V – Os pleitos e as redes políticas locais. In: *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- BEZERRA, Mylla C. M. A construção de Cozete Barbosa enquanto figura pública pela imprensa na cidade de Campina Grande (1980-2000) [Manuscrito] *Monografia* – 2019. 70p. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/21387> Acesso em: 02 out. 2023
- BROSSIER, Marie; DORRONSORO, Gilles. O paradoxo da transmissão familiar do poder. *Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, v. 3, n. 4, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/57155/34483> Acesso em: 04 de jun.2023
- CANÊDO, Letícia B. As metáforas da família na transmissão de poder político: questões de método. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 18, n. 42, ago. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sc4kScMHytbJxy3YhgLn5yM/#> Acesso em: 05 de mar. 2023
- CANÊDO, Letícia B. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política. *Pró-Posições*, Campinas, v. 13, n. 2(39), set./dez., 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643945/11401> Acesso em: 08 de jun. 2023
- CANÊDO, Letícia B. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. *Revista Pós Ciências Sociais*, Maranhão, v. 8, n. 15, p. 55-75, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/578/332> Acesso em: 10 de ago. 2022
- CRAVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2014.
- CORADINI, Odaci L. *Em nome de quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa & A Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DAMATTA, Roberto. *Você sabe com quem está falando? Estudos sobre o autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro Rocco, 2020.
- DORIA, Francisco A. Os genes do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.) *Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil*. São Paulo: LiberArs, 2018. (p. 07-13)
- FAORO, Raimundo. República Velha: os fundamentos políticos. In: *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FORTUNATO, Maria L. O Coronelismo e a Imagem do Coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Campinas - SP, Universidade Estadual de Campinas, *Tese de Doutorado*, 2000.

- Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/192381> Acesso em: 10 de out. 2022.
- GRILL, Igor Gastal. *“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul* – São Luís: EDFMA, 2008.
- GOULART, Mônica H. H. S. *A Dança das Cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. São Paulo: Paco Editorial, 2014.
- GOULART, Mônica H. H. S. Família e Política: repensando relações. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). *Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil*. São Paulo: LiberArs, 2018.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Município de Campina Grande. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama> . Acesso em: jul. 2023
- LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- LEAL, Victor N. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LEMENHE, Maria A. *Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: RECORD, 1993.
- LIMA, Elizabeth C. de A. *Ensaaios de antropologia da política*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- LIMA, Elizabeth C. de A. A herança bendita. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 33, n. 1, p. 9-33, 13, 2013. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/377/358> Acesso em: 08 de ago. 2023
- MILLS, Wright C. *A elite do poder*. [Tradução de Waltensir Dutra] – Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1962.
- MENESES, Valdenio F. *Saudade e rusticidade: sentidos da convivência com o semiárido em fazendas do Cariri paraibano*. 1a Edição. Recife, PE: Gráfica Linceu, 2021.
- MONTEIRO, José M. *A política como negócio de família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. [trad. Yara Aun Khoury]. – *História*, São Paulo, 10 dez, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 06 de jan. 2022.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil*. Curitiba: Insight, 2012.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- OLIVEIRA, Ricardo C. de. Sem mulheres não há nepotismo. “Cherchez la femme” e principalmente “Cherchez la famille”. Mulheres, família e genealogias emergentes! In: OLIVEIRA, Ricardo C. de. (Org.). *Nepotismo, Parentesco e Mulheres*. 2. ed. Curitiba Urbi, 2016. 13-33.
- OLIVEIRA, Ricardo C. de; GOULART, Mônica H. H. S.; VANALI, Ana C.; MONTEIRO, José M. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 05, n. 11, 20 out. 2017. p.165-198. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/324/182> Acesso em: 04 de abr. 2023

- PALMEIRA, Moacir. Cap. I – Eleição municipal, política e cidadania. In: PALMEIRA, Moacir e BARREIRA, César. (Org.) *Política no Brasil: visões de antropólogos*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2006.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. *Os comícios e a política de facções*. Anuário Antropológico 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6587/7553> Acesso em: 23 de set. 2022.
- PEREIRA, Fernando M. Famílias e poder nos tribunais de contas: uma sociologia política dos herdeiros das classes dominantes. *Tese* (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/82407/R%20-%20T%20-%20FERNANDO%20MARCELINO%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 28 de jan. 2023
- PIMENTEL, Vanuccio M. A primazia dos Clãs: a família na política nordestina. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14236/1/New_Tese_Final.pdf Acesso em: 28 de jan.2023
- RÊGO, André H. do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A GIRAFÁ EDITORA, 2008.

Recebido em: 02-04-2024
Modificado em: 15-06-2024
Aceito em: 20-10-2024

José Marciano Monteiro

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor Associado I da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Coordenador do grupo de pesquisa NEFADE-UFCG (Núcleo de Estudos sobre Elites, Famílias e Desigualdades) do CNPq e membro do NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses) do CNPq. E-mail: jose.marciano@professor.ufcg.edu.br

Ricardo Costa de Oliveira

Doutor em Sociologia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Coordenador do NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses) do CNPq. E-mail: ricardocostadeoliveira@gmail.com

Mônica Helena Harrich Silva Goulart

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Adjunta IV da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPR). Membro do Núcleo de Estudo Paranaenses (NEP-UFPR) do CNPq. E-mail: mharrich@uol.com.br